

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE
VOLEIBOL - CBV**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

CE-182/2021

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

	Páginas
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3-8
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9-11
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Balanços Patrimoniais	12-13
Demonstrações de Resultados	14
Demonstrações de Resultados Abrangentes	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18-61

Prezados Senhores,

Em atendimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

PERFORMANCE DO VOLEIBOL

Que ano atípico esse de 2020! Ano afetado pela pandemia da COVID-19 e que teve praticamente todos os grandes eventos esportivos do mundo cancelados ou adiados. Um dos principais impactos no âmbito esportivo foi o adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio, remarcados para 2021. Com a suspensão das competições em todo o mundo, as seleções do Brasil não disputaram nenhum evento no ano. No vôlei de praia, o Circuito Mundial também sofreu com o cancelamento da maioria dos torneios programados, portanto as duplas brasileiras também não tiveram resultados internacionais relevantes.

No Brasil, com o aumento dos casos de infecção no início de março, as competições também sofreram paralisações. A Superliga Banco do Brasil 19/20 e a superliga B 2020 foram encerradas sem declarar campeões. O Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia 19/20 também terminou antes do previsto.

A mudança no calendário dos eventos, assim como a ausência de público influenciaram negativamente as receitas diretas e indiretas geradas pelo Voleibol de quadra e praia, pois afetaram contratos de patrocínio, receita com bilheteria, dentre outros.

Contudo, mesmo diante de tantos desafios, a CBV conseguiu reorganizar o seu orçamento (receita/despesas) sempre buscando soluções para retomar as atividades dentro do novo cenário.

O dia 17 de setembro foi um momento marcante para a CBV, pois, as atividades foram retomadas depois do período de quarentena, necessário para conter a pandemia da COVID-19. O centro de treinamento, localizado em Saquarema, recebeu as cinco primeiras etapas da temporada 2020/2021 do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia Open. O campeonato sofreu transformações para se adaptar melhor à nova realidade, com menos times e comissões técnicas, menos dias de competição e a realização das etapas masculina e feminina segregadas em semanas diferentes. Todas as alterações foram cuidadosamente planejadas pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) em parceria com a sua comissão médica.

Após o retorno do voleibol de praia, foi a vez do voleibol de quadra voltar. Nossa primeira missão foi a realização do Troféu Super Vôlei, onde foi possível cumprir o que não havia sido entregue por causa do cancelamento da fase final da Superliga Banco do Brasil 19/20. O feminino aconteceu na bolha de Saquarema, e o masculino, em sistema de Grand Prix, aconteceu em Belo Horizonte (MG), ambos os eventos com êxito total.

Outro grande sucesso foi a Supercopa masculina e feminina 2020, que movimentou a cidade de Campo Grande (MS), com a reinauguração do ginásio Guanandizão.

A Superliga Banco do Brasil 20/21 chegou com um desafio ainda maior: organizar a maior competição do calendário nacional de quadra, com cada equipe jogando em sua cidade, envolvendo deslocamentos e uma atenção ainda maior por parte de todos.

O ano de 2020 chegou ao fim deixando uma apreensão por causa de tudo o que aconteceu e ainda acontece. Porém, também nos proporcionou um sentimento de orgulho ainda maior. Nossa modalidade provou, mais uma vez, sua grandiosidade. Nenhuma ação seria possível sem o apoio dos nossos patrocinadores e parceiros, Banco do Brasil, GOL, Asics, Mikasa e Tudus.

As conquistas do voleibol brasileiro encararam desafios impostos pela pandemia do coronavírus. Porém, o voleibol brasileiro demonstrou que o sucesso vai muito além das quadras, e mais uma vez destacou sua grandiosidade e capacidade de se reinventar. Esses e outros motivos popularizaram a modalidade e a consolidaram com uma das mais importantes no Brasil, evoluindo constantemente na gestão. E o ano de 2020, apesar de todas as mudanças provocadas pela COVID-19, teve marcos importantes para o crescimento da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Entre os quais destacamos:

ELEIÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2021 a 2025

A chapa #Tradição, Ética e Inovação composta por Walter Pitombo Laranjeiras, o Toroca, (presidente) e Radamés Lattari (vice-presidente) comandará a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) no quadriênio 2021 a 2025. A eleição foi realizada em 10 de janeiro de 2021. Este será o segundo mandato de Toroca como presidente da entidade. A outra chapa concorrente, Renova Vôlei, teve como formação Marco Túlio Teixeira (presidente) e Sérgio Dutra dos Santos (vice-presidente).

O resultado apontou 151 votos para a chapa #Tradição, Ética e Inovação contra 96 para a chapa Renova Vôlei.

O Colégio Eleitoral para 2021 foi constituído por 102 integrantes distribuídos da seguinte forma: as 27 federações estaduais; os quatro atletas das Comissões Nacionais (presidente e vice-presidente da comissão de vôlei de quadra e presidente e vice de vôlei de praia); 54 atletas das Comissões Estaduais (dois por unidade federativa, sendo um representando a praia e outro a quadra); os oito medalhistas olímpicos eleitos; e nove clubes.

GOVERNANÇA

Trabalho, organização, ética e, principalmente, transparência andam juntos na gestão da Confederação Brasileira de Voleibol - CBV. Seguindo esse caminho, a CBV, desde 2015, pauta sua gestão na Governança Corporativa, que tem como principal alicerce a Conformidade, além de equidade, lisura e devida prestação de contas.

A Confederação Brasileira de Voleibol, através do GET (Gestão, Ética e Transparência), avaliação anual realizada pelo Comitê Olímpico do Brasil – COB, conquistou a pontuação 9.67 e é considerada a única Confederação de grande porte que participa do programa. A ferramenta de avaliação é disponibilizada por meio de uma plataforma online, constituída por 5 áreas de conhecimento, sendo elas: Governança, Estratégia, Transparência, Processo/Suporte e Compliance, no qual foram desmembradas em 24 temas que geraram 369 questões com anexo de evidências. O programa GET visa a melhoria nos índices de maturidade em gestão da entidade, com o objetivo de prover consultoria e acelerar o desenvolvimento dos processos administrativos das confederações, utilizando um modelo de referência de maturidade organizacional de mercado.

Entretanto, para atingir essa conquista, o ano de 2020 teve marcos importantes para o fortalecimento da Governança da Confederação Brasileira de Voleibol. Entre as ações realizadas destacamos a criação da política anticorrupção, política de gestão de riscos e aplicação aos

colaboradores do treinamento sobre a temática “Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Abuso no Esporte”.

Outro acontecimento importante da temporada no âmbito da gestão foi a eleição das novas Comissões Nacionais de Atletas de Vôlei de Quadra e de Vôlei de Praia. A CBV promoveu o pleito eletrônico para as novas composições no dia 18 de dezembro. A chapa eleita para a Comissão Nacional de Atletas do Vôlei de Quadra foi composta por quatro campeões olímpicos. O presidente é Sérgio Dutra dos Santos, o Serginho, que terá como vice-presidente Rodrigo Santana, o Rodrigão. Os membros que completam a lista são Ariane de Carvalho Tolentino, Dante Guimarães Santos do Amaral e Gustavo Endres. Para a Comissão Nacional de Atletas do Vôlei de Praia foram eleitos Carlos Renato Martins Arruda, o Carlão, como presidente, Ramon Ferreira Gomes dos Santos é o vice-presidente, Leonardo Gomes Vieira, Luccas Alves Lima e Caroline Curtinaz Goerl como membros. As duas chapas eleitas exercerão mandato no ciclo 2021/2024. As atribuições das Comissões durante o mandato têm por missão representarem os direitos e interesses dos atletas das respectivas modalidades perante a CBV.

Mais do que nunca, a CBV acredita que para manter o sucesso das conquistas do voleibol, as ações vão muito além das quadras. Para chegar aos resultados expressivos que popularizam a modalidade e a consolidam com uma das mais importantes no Brasil, é fundamental atualmente evoluir na gestão, ética e transparência.

PESSOAL

O capital humano é indispensável para o bom desempenho das atividades e resultados obtidos pela CBV. Desta forma, valorizamos as pessoas com experiências diversas e com expectativas de carreira alinhadas às necessidades da entidade. Para estimulá-los, a CBV proporciona oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável, de alta produtividade e de remuneração justa.

Em 2020, tivemos oportunidades de aprendizado em áreas importantes como o CISO (Curso de Introdução ao Sistema Olímpico), o VOV (Valores Olímpicos para a Vida) e FAE (Fundamentos da Administração Esportiva) promovido pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) para os colaboradores da CBV Filial Barra.

Para difundir amplamente o tema do assédio e abuso no esporte, contribuindo para a cultura de prevenção, enfrentamento e adoção de boas práticas, conforme o Código de Conduta da CBV e a Legislação vigente, todos os colaboradores da CBV Filial Barra realizaram o Curso Mandatário de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Abuso no Esporte na plataforma do COB.

A preocupação com a performance não ficou de fora, e o ano ainda contou com a realização de 22 cursos de certificação de treinadores de voleibol de quadra e praia e nivelamento o que possibilita os registros dos treinadores na CBV provenientes das 5 regiões do Brasil, sendo 15 para treinadores de Voleibol de Quadra e 7 para treinadores de Voleibol de Praia (sendo 6 realizados em parceria com o Comitê Olímpico do Brasil). Também foram feitos 2 cursos de atualização, que são cursos para profissionais das diferentes áreas que respaldam a ação dos treinadores, preparadores físicos, nutricionistas e fisioterapeutas. Ao todo foram atendidos 805 treinadores em todo o país. O alcance dos cursos foi possível através da utilização da plataforma EAD (WEBEX) disponibilizada pela CBV para os conteúdos teóricos dos cursos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CBV apresenta os resultados das suas operações referentes ao ano fiscal de 2020, sendo importante ressaltar que as Demonstrações Contábeis foram auditadas, sem ressalvas, e divulgadas de forma ampla e transparente no site da CBV. O resultado demonstra de forma clara

o esforço continuado da administração da CBV em manter os investimentos no voleibol brasileiro, mesmo em cenário econômico instável e com efetiva queda de investimentos nas modalidades esportivas.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

	2020	2019
Receita operacional líquida	52.983.504	89.448.353
Custos	(23.074.775)	(48.498.698)
Superávit bruto	29.908.729	40.949.655
Despesas com pessoal e encargos	(14.374.023)	(14.719.512)
Despesas Gerais e Administrativas (depreciação/amortização)	(11.529.777)	(15.783.198)
EBITDA	4.004.929	10.446.945
(+) Adições		
Receita Financeira	974.811	924.270
(-) Subtrações		
Depreciação/amortização	(1.246.522)	(1.100.784)
Despesas Financeiras	(388.684)	(1.122.495)
Deficit/Superávit	3.344.534	9.147.936

Os reflexos do ano atípico que foi 2020 podem ser observados através da análise dos Índices de Liquidez e superávit apresentados nos quadros acima. Não houve alteração do índice de Liquidez Corrente de um ano para outro. A Liquidez Imediata, por sua vez, apresentou significativo aumento entre os dois períodos analisados, pois, tanto o Disponível quanto o Passivo Circulante tiveram variações expressivas. Entretanto, cumpre destacar o que segue:

- Disponível – Aumento nas disponibilidades, a princípio, pode refletir maiores ganhos financeiros. Porém, numa ótica mais profunda, o aumento apresentado nada mais significou do que o entesouramento dos valores que seriam destinados a realização das competições de vôlei de praia e de quadra, que foram cancelados ou adiados, em função da pandemia de covid-19. Tais recursos foram aplicados e serão utilizados no próximo exercício por ocasião da realização dos eventos.
- Passivo Circulante – Os valores de patrocínio são, no primeiro momento, reconhecidos no passivo circulante. No segundo momento, são apropriados ao resultado no período em que ocorrem os eventos e à medida em que os mesmos são realizados, respeitando o princípio contábil da Competência. Por consequência dos cancelamentos e/ou adiamentos ocasionados pela pandemia, parte do patrocínio não pôde ser apropriada à receita, fato este que pode ser constatado também pela queda substancial da Receita Operacional Líquida e, conseqüentemente, pela diminuição do Resultado de 2020.

PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS

Reconhecemos que 2021 ainda será um ano de desafios. Isso exigirá de nós cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de execução precisa para alcançarmos o desempenho financeiro almejado. Estamos certos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação hoje, assim como o potencial para inovar, ações essas que garantirão nosso sucesso em médio e longo prazos. A palavra-chave será, portanto, eficiência, sem abrir mão da nossa mobilização em favor do voleibol. Contudo, estamos cientes de que a pandemia da COVID-19 ainda será nosso grande desafio pois ainda não temos uma previsão de quando esse cenário terá um fim.

Diante de tantas variáveis para o ano que se inicia, temos a certeza de que o esporte é benéfico aos torcedores, aos atletas, às empresas que se associam de forma direta ou indireta e, assim como todas as outras aéreas da economia, o esporte não pode parar.

Sendo assim, a CBV se organiza cada vez mais para otimizar os seus recursos com o objetivo de manter suas entregas (treinamento, competições de quadra e praia) em atividade.

A administração da CBV reitera seu desejo de encarar os desafios de 2021 com serenidade, trabalhando cada vez mais para que o Brasil consolide sua posição de destaque no Voleibol mundial. Que 2021, ano Olímpico, seja um ano de vitórias para o voleibol brasileiro.

AGRADECIMENTOS

A Administração da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV agradece a confiança e o apoio dos nossos atletas, federações, patrocinadores, fornecedores, instituições contábeis, órgãos governamentais e, em especial, a todos os colaboradores por sua dedicação e trabalho em equipe.

Walter Pitombo Laranjeiras
Presidente



Radamés Lattari Filho
Diretor Executivo

Luciana de Oliveira da Silva
Contadora – CRC-RJ 096121/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL – CBV

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 8, 9, 12 e 24 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Entidade mantém transações em montantes significativos com as Federações nas condições nela descrita. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às entidades sem finalidade de lucro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2021



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES

CRC N° 2SP025652/O-0

Luiz Carlos de Carvalho

Contador

CRC N° 1SP197193/O-6 T- RJ

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

**BALANÇO PATRIMONIAL EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(Em Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.458.004	9.444.520
Recursos de convênios	6	7.418.722	6.167.874
Contas a receber	7	4.357.783	18.797.867
Ativo fiscal corrente		1.505	-
Federações nacionais	8	6.148	462.341
Federações internacionais		-	76.373
Clubes nacionais	9	105.637	120.337
Adiantamentos diversos	10	113.346	11.384
Estoque material esportivo	11	3.917.276	2.781.293
Mútuo com Atletas	12	62.900	-
Despesas antecipadas	13	255.300	262.396
Total do Ativo Circulante		52.696.621	38.124.385
Não Circulante			
Imobilizado	14	6.560.095	4.233.963
Intangível		200.593	200.593
Total do Ativo Não Circulante		6.760.688	4.434.556
Total do Ativo		59.457.309	42.558.941

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

**BALANÇO PATRIMONIAL EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**
(Em Reais)

	Nota	2020	2019
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	15	1.066.254	989.652
Convênios	16	6.103.875	10.015.779
Estoque de material esportivo	11	3.917.276	2.781.293
Receitas a apropriar	17	36.583.629	14.608.496
Arrendamento mercantil	18	433.347	433.347
Passivo fiscal corrente	19	1.247.135	1.178.517
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	20	1.425.658	1.412.635
Provisões de despesas	21	824.544	5.023.610
Rescisões a pagar	22	696.345	696.345
Contas a pagar	23	207.762	516.550
Empréstimo consignado		549	-
Partes relacionadas - Mútuo	24	-	160.122
Total do Passivo Circulante		52.506.374	37.816.346
Não Circulante			
Provisão para contingências	25	51.639	58.139
Arrendamento mercantil	18	288.898	722.245
Rescisões a pagar	22	1.392.689	2.089.034
Total do Passivo não Circulante		1.733.226	2.869.418
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	26	1.000	1.000
Reserva de capital		-	539.901
Superávit acumulado		5.216.709	1.332.276
Total do Patrimônio Líquido		5.217.709	1.873.177
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		59.457.309	42.558.941

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)**

	Nota	2020	2019
Contribuições	27	3.240	3.240
Inscrições de atletas/profissionais/clubes	28	662.241	1.051.153
Transferências e cessões temporárias	29	3.151.133	2.205.665
Taxa de Franquias		-	151.872
Rendas de jogos – bilheteria	30	-	2.015.101
Taxas e multas disciplinares	31	15.450	26.123
Premiações	32	-	3.897.313
Receitas ordinárias		3.832.064	9.350.467
Receita de patrocínios	33	29.392.380	62.590.562
Direitos de transmissão	34	2.767.099	2.284.258
Receita de convênios	35	16.433.266	13.765.532
Outras receitas	36/37	558.695	1.457.534
Outras Receitas		49.151.440	80.097.886
Receita bruta		52.983.504	89.448.353
Despesas Operacionais			
Custos com pessoas de apoio/atletas e comissão técnica	38	(6.920.193)	(14.756.562)
Despesas com Transportes	39	(4.740.201)	(11.347.761)
Despesas com premiação a atletas	40	(4.357.188)	(10.839.497)
Despesas com Locação	41	(2.114.643)	(3.560.784)
Custos com federações	42	(418.900)	(1.024.021)
Despesas operacionais – Outros custos	43	(4.523.650)	(6.970.073)
Despesas operacionais		(23.074.775)	(48.498.698)
Despesas Administrativas			
Despesa com pessoal	44	(11.049.104)	(11.372.540)
Despesas com encargos sociais	45	(3.324.919)	(3.346.972)
Despesas com serviços contratados	46	(2.517.251)	(2.571.955)
Despesas de localização e funcionamento	47	(1.675.749)	(2.360.482)
Despesas com propaganda e publicidade	48	(434.851)	(3.332.303)
Despesas com federações	42	(1.931.881)	(1.817.255)
Outras despesas administrativas	49	(6.081.679)	(6.801.987)
Despesas administrativas		(27.015.434)	(31.603.494)
Resultado antes do Resultado Financeiro		2.893.295	9.346.161
Receitas financeiras		974.810	924.270
Despesas financeiras		(523.573)	(1.122.495)
Resultado Financeiro Líquido	50	451.237	(198.225)
Superávit Líquido do Exercício		3.344.532	9.147.936

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em Reais)

	2020	2019
Superávit líquido do exercício	3.344.532	9.147.936
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.344.532	9.147.936

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Superávit/ (Déficit) Acumulado	Superávit/ do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.000	539.901	(7.815.660)	-	(7.274.759)
Superávit líquido do exercício	-	-	-	9.147.936	9.147.936
Incorporação do Superávit líquido do exercício	-	-	9.147.936	(9.147.936)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.000	539.901	1.332.276	-	1.873.177
Superávit líquido do exercício	-	-	-	3.344.532	3.344.532
Incorporação de reserva	-	(539.901)	539.901	-	-
Incorporação do Superávit líquido do exercício	-	-	3.344.532	(3.344.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.000	-	5.216.709	-	5.217.709

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em Reais)**

	2020	2019
Superávit do exercício	3.344.532	9.147.936
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	1.246.522	1.100.784
Baixa de ativo imobilizado	-	37.759
Provisão de juros sobre empréstimos	-	18.231
Provisão de despesas	(4.199.066)	272.260
Provisão para contingências	(6.500)	-
Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	12.946
Superávit do exercício ajustado	385.488	10.589.916
(Aumento) Redução dos Ativos:		
Recursos de convênios	(1.250.848)	(3.699.548)
Contas a receber	14.440.084	838.937
Partes relacionadas (Federações e Clubes)	547.266	275.868
Adiantamentos diversos	(101.962)	219.749
Ativo fiscal corrente	(1.505)	26.503
Despesas antecipadas	7.096	189.674
Depósitos judiciais	-	135.545
Direito de uso – IFRS 16/CPC06	-	(1.588.938)
Aumento (Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	76.602	(2.977.895)
Convênios	(3.911.904)	7.914.821
Receitas a apropriar	21.975.133	(5.187.062)
Passivo fiscal corrente	68.618	202.041
Partes relacionadas (Federações e Clubes)	(119.281)	86
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13.023	79.928
Contas a pagar	(885.852)	(488.006)
Arrendamento IFRS 16/CPC06	(433.347)	1.155.592
Empréstimo consignado	549	(6.488)
FLUXO DE CAIXA GERADO PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	30.809.160	7.680.723
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(3.572.654)	(433.795)
Mútuo com Atletas	(62.900)	-
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(3.635.554)	(433.795)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Partes relacionadas – Mútuo	(160.122)	(3.296)
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	(160.122)	(3.296)
Realização Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	27.013.484	7.243.632
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	9.444.520	2.200.888
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	36.458.004	9.444.520

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais, exceto se informado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Brasileira de Voleibol, designada pela sigla CBV, filiada à Federação Internacional de Volley - Ball, designada pela sigla FIVB, e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, criada pelo Decreto nº 36.786 de 18 de janeiro de 1955, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, fundada na cidade do Rio de Janeiro, aos dezesseis dias do mês de agosto de 1954 e constituída pelas Entidades Estaduais de Administração do Voleibol, diretamente filiadas a CBV, e ainda, reconhece como membros:

- i. Entidades de prática do voleibol (Clubes), eleitos ou indicados pela Entidade representante dos clubes;
- ii. Atletas, eleitos ou indicados pelas Comissões Nacionais e Estaduais de Atletas;

A Confederação Brasileira de voleibol tem sua sede e domicílio na Avenida Ministro Salgado Filho, 7000 - Barra Nova, Saquarema – Rio de Janeiro, e sua filial está domiciliada na avenida Salvador Allende nº 6.555 Rio Centro, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, tem por finalidade administrar, coordenar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo país a prática do voleibol profissional e não profissional, assim como representar o voleibol brasileiro nas competições nacionais e internacionais. A CBV é gerida por seus poderes e órgãos, de acordo com a sua composição e o estabelecido no seu Estatuto, são poderes e órgãos da CBV: Assembleia Geral (Administrativa e Eleitoral), Conselho de administração, Presidência e Vice -Presidência, Conselho Diretor e Conselho Fiscal.

A Confederação Brasileira de Voleibol - CBV encarrega-se de todo o trabalho técnico e logístico relacionado à realização dos campeonatos de voleibol em seu calendário oficial. Pelo menos uma vez por ano, cada estado recebe uma competição oficial organizada por ela. Além disso, é sua tarefa supervisionar todas as atividades das seleções brasileiras de voleibol de quadra masculinas e femininas, nas categorias adultas, juvenis, infanto-juvenis e infantis, bem como as atividades das seleções brasileiras de voleibol de praia, nas categorias adultas, sub-21 e sub-19.

A Confederação Brasileira de Voleibol - CBV opera apenas no Brasil, com representação em todo o território nacional através das Federações que lhes são filiadas, tanto no âmbito do voleibol de quadra como de praia. Fora do país, a CBV participa de competições representando o Brasil na modalidade Voleibol.

1.1 - Desempenho econômico-financeiro

A temporada 2020 foi amplamente afetada pela pandemia de COVID-19 que afetou o mundo todo e, conseqüentemente, o esporte de forma geral. Um dos principais impactos no âmbito esportivo foi o adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio, remarcados para 2021. Eventos foram cancelados/adiados, atletas confinados, ginásios, estádios e centros de treinamento fechados, a indústria esportiva teve perdas incalculáveis provocadas pelo novo coronavírus. A pandemia impôs a necessidade de adequação a um novo modelo de eventos esportivos, como a realização de jogos sem público e implementação de protocolos de segurança, estabelecidos pelos órgãos competentes. A mudança no calendário dos eventos, assim como a ausência de público influenciaram negativamente as receitas diretas e indiretas geradas pelo Voleibol de quadra e praia, tivemos uma redução de cerca de 31% das receitas orçadas para o período.

Contudo mesmo diante de tantos desafios, a CBV conseguiu reorganizar o seu orçamento

(receita/despesas) sempre buscando soluções para retomar as atividades dentro do novo cenário.

Em 17 de setembro foi um momento marcante para Entidade pois retomamos as atividades com a realização da primeira etapa de vôlei de praia da temporada 20/21, realizada em sistema de bolha, em Saquarema, depois foi a vez do voleibol de Quadra voltar com a realização do Troféu Super Vôlei em 21 de outubro de 2020.

A situação da Pandemia ainda é uma realidade sem data prevista para terminar, todavia mesmo com as incertezas impostas por esse cenário, a CBV está estruturada para realização dos eventos de acordo os protocolos de segurança vigentes, e possui planejamento financeiro adequado para gerar fluxo de caixa necessário para a manutenção de nossa continuidade.

Destacamos ainda, que a CBV elaborou orçamento para o ano de 2021 sendo extremamente conservadora com os valores de receitas, bem como foi detalhadamente criteriosa com a construção do orçamento de despesas. O orçamento foi submetido ao parecer do Conselho fiscal em 24/02/2021 e aprovado pelo conselho de Administração em 26/02/2021.

Continuidade Operacional

Com base nas operações ora em curso, a administração entende e acredita que a Entidade está bem-posicionada para gerenciar os riscos de suas operações. Apesar de todos os impactos negativos gerados pela COVID-19, já mencionados anteriormente, o planejamento financeiro projetado para o exercício 2021, construído com base no calendário de realização de nossas competições e contratos de patrocínios existentes, nos leva a ratificar que estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis as entidades sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Entidade. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração de resultado. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos Financeiros

i. Ativos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Desconhecimento

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos Financeiros Não Derivativos – Mensuração

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo

amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o Contas a Receber.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem as aplicações financeiras e contas a receber.

iii. Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Entidade em condições que a mesma não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

iv. Passivos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Mensuração

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Entidade possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações contábeis com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento.

d. Federações Nacionais

São entidades estaduais de administração do Voleibol, as transações contábeis com as Federações Nacionais estão apresentadas no ativo e no passivo conforme os saldos credores e devedores.

e. Despesas Antecipadas

Estão registradas no ativo circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros e serviços (Nota Explicativa nº 13).

f. Recursos de Patrocínios

São apropriados ao resultado por regime de competência em contrapartida ao “Contas a receber”.

g. Imobilizado

Demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear (Nota Explicativa nº 14) e leva em consideração o tempo de vida útil real dos bens com os respectivos valores residuais. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário.

A Administração, em seu julgamento entende que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data da aquisição e/ou formação e ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo.

O imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda, eventual perda ou ganho resultante da baixa do ativo são registrados no resultado e apresentado na demonstração do resultado, no exercício em que o bem é baixado.

h. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais, quando incorridas.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos irá ocorrer para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos.

j. Reconhecimento de Receitas e Custos Operacionais

A Entidade reconhece as suas receitas quando:

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções;

O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Entidade; e os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

k. Receitas oriundas de recursos de convênios

As Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal, Estadual ou Municipal são registrados no contas a receber em contrapartida a conta de recebimento de convênios (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, ele é devolvido ao órgão concedente.

l. Arrendamentos

A Entidade utilizou as suas taxas de captação incremental de empréstimos e financiamentos simulados em banco renomado como taxa de desconto. Essa taxa leva em consideração o risco de crédito e foi ajustada ao prazo do contrato de arrendamento, o qual é ajustado anualmente pelo IGP-M. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção da IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso do ativo objeto desse contrato e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

m. Normas e Interpretações Vigentes e não vigentes

i. Emendas CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 (Deliberação CVM nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London Interbank Offered Rate* (Libor) como taxa de juros de referência após 2021. A Entidade avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações contábeis.

ii. Emendas do CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 Definição de Materialidade

As emendas do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes (nota explicativa nº 1).

iii. Emenda IFRS 16 e Deliberação CVM nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2) /IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Entidade optou pelo expediente prático e reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 42.092 (vide nota explicativa nº 18).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e Cartões	222.909	155.052
Conta Corrente	9.067	572.290
Bradesco	1	568.271
Banco do Brasil	546	-
Banco do Brasil Internacional	8.520	4.019
Aplicações Financeiras (i)	36.226.028	8.717.178
Bradesco	1.225.920	1.767.836
Santander	518.838	524.038
Banco do Brasil	34.481.270	6.425.304
	36.458.004	9.444.520

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e com alta liquidez prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras são classificadas a valor justo por meio de resultado e possuem em carteira papéis de bancos de primeira linha com liquidez diária (resgate em D+0) e curto prazo (resgate em D+3), isto é, conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras representam, basicamente, valores investidos em títulos de renda fixa administrados pelo Banco do Brasil, Bradesco e Santander, e são lastreadas principalmente em títulos privados (Certificado de Depósitos Bancários - CDB), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2020 de aproximadamente 100% do DI CETIP (CDI). Os fundos com liquidez diária são compostos por cotas de FI (títulos de renda fixa públicos e privados), títulos de emissão do Tesouro Nacional, do BACEN e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Em torno de 90% da carteira é aplicada em ativos financeiros que acompanham direta ou indiretamente as variações do CDI e 10% acompanham o IRF-M, que é o índice de renda prefixada calculado pela AMBINA.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

O aumento considerável em caixa e equivalente de caixa refere-se às parcelas recebidas de contratos de patrocínio que não foram utilizadas por conta do cancelamento e adiamento das principais competições do calendário de 2020, tais recursos estão reservados para serem aplicados por ocasião das referidas entregas contratuais.

6. RECURSOS DE CONVÊNIOS

	2020	2019
Conta Corrente (i)	76.082	75.115
Banco do Brasil	75.057	75.057
Caixa Econômica Federal	1.025	58
Aplicações financeiras (ii)	7.342.640	6.092.759
Banco do Brasil	6.022.715	4.981.427
Caixa Econômica Federal	1.319.925	1.111.332
	7.418.722	6.167.874

(i) Nesse grupo são registrados os valores correspondentes às disponibilidades financeiras recebidas por meio de termos de convênios e projetos incentivados firmados junto às entidades públicas e ao Comitê Olímpico do Brasil. Essas disponibilidades são utilizadas exclusivamente na execução dos planos de trabalho dos respectivos convênios/projetos; e

(ii) As aplicações financeiras representam os recursos investidos referentes aos convênios/projetos incentivados. Os valores são aplicados em fundos e estes investem, preferencialmente, em títulos públicos de renda fixa, estes fundos são lastreados em pelo menos 70% de títulos federais com liquidez diária e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Convênios e projetos incentivados firmados com o Governo Federal e oriundos da Lei Agnelo Piva, que são utilizados para uso exclusivo da execução do plano de trabalho dos respectivos convênios/projetos; e

(ii) As aplicações financeiras representam recursos restritos referente aos convênios/projetos incentivados, basicamente, valores investidos em fundos que investem, preferencialmente, em títulos de renda fixa públicos, estes fundos são lastreados em pelo menos 70% de títulos federais com liquidez diária e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER

As contas a receber estão representadas substancialmente pelos valores relativos aos contratos de patrocínios e direito de transmissão de competições, que são contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, a qual será realizada nos próximos três meses.

	2020	2019
Globosat Programadora Ltda.	-	1.135.290
Banco do Brasil S.A.	2.935.514	17.176.770
Cimed	-	358.507
Globo Comunicação e Participações S.A	1.184.221	-
Federacion Del Voleybol Argentino	18.593	18.594
Artetec Arquitetura e Construções Ltda	-	85.483
Rodrigo Ivar Pereira Jaldin	-	64.500
Montes Claros Tênis Clube (AEESB)	42.000	-
José Caetano Veras Rocha	-	8
Stuffcom Eireli	-	220
MPIX Produções e Serviços Fotográficos	-	1.967
Maxi Sport Comercio de Equipamentos Esp	1.002	-
Jorge Luiz Lopes de Almeida	1.609	-
NP Consulting	-	2.549
Tiago Fruges Ferreira	-	-
Arthur Lanci	-	4.972
Associação Desportiva - Pro-Sport	1.500	-
Barueri Volleyball Club	15.000	-
Brasília Vôlei Esporte Clube – BVEC	1.000	-
Genius Sports	163.542	-
Jessica Lene Pereira Santiago	-	1.349
Luciana Oliveira	-	2.400
Marcelle Januzzi	-	2.800
Nery Tambeiro Assessoria Esportiva eireli	-	276
SESC/RJ	-	2.555
Tiago Fruges Ferreira	-	2.865
Transferência Internacional	-	107.141
	4.363.981	18.968.246
(-) Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	(6.198)	(170.379)
	4.357.783	18.797.867

Composição dos recebíveis por prazo de vencimento:

	2020	2019
Vincendos	4.177.345	18.780.671
Vencidos até 30 dias	163.542	6.300
Vencidos até 90 dias	1.000	12.396
Vencidos até 365 dias	3.500	11.170
Vencidos há mais de 365 dias	18.594	157.709
	4.363.981	18.968.246

A Entidade reconhece as perdas com créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa no exercício:

Em 31 de dezembro de 2018	(157.433)
Provisão	(12.946)
Em 31 de dezembro de 2019	(170.379)
Baixa	164.181
Em 31 de dezembro de 2020	(6.198)

8. FEDERAÇÕES NACIONAIS

	2020	2019
FED. ACREANA	-	93.018
FED. ALAGOANA	-	5.000
FED. AMAZONENSE	-	11.000
FED. AMAPAENSE	893	35.214
FED. BAHIANA	-	1.217
FED. DE VOLEI DO DISTRITO FEDERAL	-	10.000
FED. CATARINENSE	-	5.000
FED. CEARENSE	-	10.000
FED. ESPÍRITO-SANTENSE	-	10.000
FED. GAUCHA	10	5.000
FED. GOIANA	10	5.000
FED. MARANHENSE	-	5.000
FED. MATO-GROSSENSE	-	6.915
FED. MATO GROSSO DO SUL	-	15.000
FED. MINEIRA	-	5.000
FED. NORTE RIOGRANDENSE	-	10.532
FED. PARAENSE	236	10.000
FED. PARAIBANA	10	59.281
FED. PARANAENSE	3.846	5.000
FED. PERNAMBUCANA	-	5.000
FED. PIAUIENSE	30	5.000
FED. RONDONIENSE	148	60.138
FED. RORAIMENSE	-	60.000
FED. TOCANTINENSE	-	5.000
FED. RIO DE JANEIRO	376	10.026
FED. PAULISTA	376	5.000
FED. SERGIPANA	213	5.000
	6.148	462.341

O montante de R\$ 6.148 registrado no exercício de 2020, refere-se aos valores a receber das entidades filiadas a título de registros de profissionais de quadra, cadastramento de profissionais e promoção de árbitros e apontadores, transferências definitivas entre clubes de

federações diferentes, cessões temporárias entre clubes de federações diferentes, inscrições e renovações de registros e transferências de atletas estrangeiros. Cumpre esclarecer que o valor de R\$ 462.341 apresentado em 2019, continha além dos valores correspondente as taxas cobradas das entidades Filiadas, os valores repassados para as entidades filiadas referente as contribuições e apoios operacionais. Com objetivo de melhor apresentação e classificação, neste exercício os valores repassados a título de contribuição mensal e apoio operacional foram registrados a débito no grupo de adiantamento a Federações (nota explicativa 10) e são apropriados ao resultado (despesa) após a devida prestação de contas, conforme política de Repasse às Entidades Filiadas.

9. CLUBES NACIONAIS

	2020	2019
Fluminense Football Club	5.000	-
Curitiba	2.000	-
Sport Clube Recife	500	-
Associação RH Fitness Sports de Karate	450	-
Associação Educacional	-	5.000
Associação Maringaense de Voleibol	-	1.000
Esporte Clube Barreira	97.687	97.687
Botafogo de Futebol e Regatas	-	8.050
Associação Caramuru Volei	-	500
Associação Atletica Ponte Preta	-	5.500
Associação Atletica São Caetano	-	500
Sport Clube Corinthians Paulista	-	600
Vôlei Ribeirão	-	1.500
	105.637	120.337

Valores a receber a título de inscrições de atletas estrangeiros em competições nacionais, multas disciplinares e hospedagem no centro de treinamento da CBV.

10. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	2020	2019
Adiantamentos p/ despesas de empregados (i)	3.148	9.257
Adiantamentos p/ despesas de terceiros (ii)	6.527	2.127
Adiantamentos p/ despesas Fed. Nacionais (iii)	103.671	-
	113.346	11.384

(i) Valor referente a concessão de adiantamento a empregados para realização de despesas em eventos e viagens, os valores são apropriados as respectivas despesas por ocasião da apresentação da prestação de contas;

(ii) Valor referente a adiantamento para custear alimentação de técnicos de vôlei praia referente ao curso de treinadores realizados em dezembro/20, o respectivo valor será apropriado ao resultado por ocasião da apresentação da prestação de contas;

- (iii) A CBV busca apoiar as entidades filiadas de forma abrangente, inclusive através de repasses financeiros. Os valores monetários repassados as entidades filiadas são oriundas de contratos de patrocínios recebidos pela CBV. Nesta rubrica estão registrados todos os valores referentes aos repasses efetuados pela CBV às Entidades Filiadas a título de contribuição mensal, ajuda de custo, apoio operacional (conforme Política de Repasses às Entidades Filiadas) que ainda não foram objeto de prestação de contas. O prazo para que entidade filiada apresente a prestação de contas, contendo os documentos necessários para comprovação da aplicação dos recursos recebidos é de até 40 dias após a concessão do adiantamento.

Segue abaixo o descritivo dos adiantamentos realizados para as despesas das Federações Nacionais:

FEDERAÇÃO	TOTAL	APOIO OPERACIONAL	CONTRIBUIÇÃO	AUXÍLIO EMERGENCIAL
ACREANA	775	585	190	-
ALAGOANA	5.000	-	5.000	-
AMAPAENSE	45.000	-	40.000	5.000
BAIANA	5.042	-	5.000	42
CEARÁ	589	-	589	-
GOIANA	6.869	-	6.869	-
MARANHENSE	669	-	669	-
MATO GROSSO DO SUL	6.002	-	5.002	1.000
PARAIBANA	5.478	-	5.478	-
PAULISTA	1.000	-	-	1.000
PIAUIENSE	3.436	-	3.436	-
RIO DE JANEIRO	6.000	-	5.000	1.000
RONDONIENSE	11.000	-	10.000	1.000
RORAIMENSE	811	-	811	-
TOCANTINENSE	6.000	-	5.000	1.000
	103.671	585	93.044	10.042

11. ESTOQUE DE MATERIAL ESPORTIVO

	2020	2019
Estoque de material esportivo	3.917.276	2.781.293
	3.917.276	2.781.293

Nesta rubrica está registrado o recebimento gratuito de material esportivo de alto padrão fornecido por nossos patrocinadores, com exclusividade, destinado à utilização obrigatória em jogos, treinamentos, desfiles, viagens, dentre outros eventos pelas Seleções Brasileiras de Voleibol de Quadra, infanto-juvenil, juvenil e adulta, masculina e feminina, e, equipes de Vôlei de Praia, indicadas pela CBV para representar o Brasil em qualquer competição, desde que seja permitido pela entidade organizadora da competição. A contrapartida contábil desta rubrica está registrada no passivo, sendo transferido ao resultado (receita e custo) à medida de sua utilização.

O material esportivo é fornecido pela Asics do Brasil Comercio de Artigos Esportivos Ltda. A japonesa Asics é a marca oficial da CBV e foi realizado o contrato para o ciclo olímpico que

culminava com os Jogos de Tóquio, em 2020, porém, devido a pandemia da COVID-19, foi prorrogado por mais 12 meses, finalizando em 31/12/2021.

12. MÚTUO COM ATLETAS

	2020	2019
Mútuo realizado junto a atletas de Vôlei de Praia	62.900	-
	62.900	-

Devido à falta de competições por consequência da pandemia da Covid-19, a CBV com a finalidade de ajudar aos atletas do vôlei de praia que ficaram impossibilitados de praticarem o esporte, disponibilizou o montante de R\$ 119.000 (cento e dezenove mil reais) para um total de 31 atletas a título de empréstimo. Não houve previsão de taxa remuneratória. Os empréstimos tiveram seu vencimento em três parcelas, sendo a primeira em 30/09/2020, a segunda em 31/10/2020 e a última em 30/11/2020. Em 31/12/2020, havia saldo em aberto em face a não quitação por parte de alguns atletas.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	2020	2019
Vale Transporte	2.475	7.621
Vale Refeição	57.781	62.008
Seguro de Responsabilidade Civil	20.511	13.757
Plano de Saúde e Odontológico	167.099	149.035
Seguro Automovel	402	2.235
Seguro Riscos – CDV Saquarema	-	2.570
Seguro Riscos – Filial	7.032	2.570
Deposito Caução	-	3.000
Locação de Imóvel Maceió/AL	-	10.000
Assessoria Contábil	-	9.600
	255.300	262.396

Neste grupo estão registrados todos os valores de benefícios concedidos a funcionários referente ao mês de janeiro/2021 pagos antecipadamente, bem como os valores pagos a título de seguro que são apropriados ao resultado conforme período vigência deles.

14. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	2020	2019
				Saldo líquido	Saldo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 e 25%	3.279.865	1.903.751	1.376.114	1.556.711
Móveis e utensílios	10%	1.364.285	1.108.741	255.544	320.231
Equipamentos esportivos	10%	4.443.312	1.095.257	3.348.055	200.510
Equipamentos de informática	20%	2.187.630	1.902.760	284.870	278.123
Máquinas e equipamentos	10%	1.453.181	1.208.621	244.560	317.632
Instalações	10%	419.673	195.911	223.762	265.305
Veículos	20%	224.987	157.685	67.302	100.639
Programas de computador	20%	603.356	583.978	19.378	20.188
Edificações	-	14.500	-	14.500	14.500
Direito de uso (i)	27%	1.588.939	866.694	722.245	1.155.591
Equipamentos de comunicação	20%	67.119	63.354	3.765	4.533
		15.646.847	9.086.752	6.560.095	4.233.963

(i) Direito de Uso

Em 1º de janeiro de 2019 passou a vigorar o IFRS 16 / CPC 06 (R2), nova norma contábil emitida em julho de 2014. A norma exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento ("aluguel"; *leases*), exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Nesse sentido, foi registrado o montante de R\$ 1.588.938 no grupo ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel de sala comercial, situada na avenida Salvador Allende 6.555 – Rio Centro- Barra da Tijuca- onde funciona o escritório administrativo e operacional da Entidade.

a) Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2020

	Taxa de depreciação anual	2019	Aquisição	Baixa	Depreciação	2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 e 25%	1.556.710	6.545	-	(180.597)	1.382.658
Móveis e utensílios	10%	320.232	-	-	(71.232)	249.000
Equipamentos esportivos	10%	200.510	3.362.899	-	(215.354)	3.348.055
Equipamentos de informática	20%	278.124	151.512	-	(144.766)	284.870
Máquinas e equipamentos	10%	317.632	44.498	-	(117.570)	244.560
Instalações	10%	265.305	-	-	(41.543)	223.762
Veículos	20%	100.640	-	-	(33.337)	67.303
Programas de computador	20%	20.189	7.200	-	(8.011)	19.378
Edificações	25%	14.500	-	-	-	14.500
Direito de uso	27%	1.155.591	-	-	(433.347)	722.244
Equipamentos de comunicação	20%	4.530	-	-	(765)	3.765
		4.233.963	3.572.654	-	(1.246.522)	6.560.095

b) Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2019

	Taxa de depreciação anual	2018	Aquisição	Baixa	Depreciação	2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 e 25%	1.738.975	-	-	(182.265)	1.556.710
Móveis e utensílios	10%	391.240	927	-	(71.935)	320.232
Equipamentos esportivos	10%	272.913	5.498	-	(77.901)	200.510
Equipamentos de informática	20%	307.915	133.181	(23.789)	(139.183)	278.124
Máquinas e equipamentos	10%	256.365	185.634	(13.970)	(110.397)	317.632
Instalações	10%	306.848	-	--	(41.543)	265.305
Veículos	20%	34.344	98.000	-	(31.704)	100.640
Programas de computador	20%	21.377	10.555	-	(11.743)	20.189
Edificações	25%	14.500	-	-	-	14.500
Direito de uso (Adoção IFRS 16/CPC06 R2)	27%	-	1.588.938	-	(433.347)	1.155.591
Equipamentos de comunicação	20%	5.296	-	-	(766)	4.530
		3.349.773	2.022.733	(37.759)	(1.100.784)	4.233.963

15. FORNECEDORES

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual das atividades da Entidade, observando os critérios e diretrizes estabelecidos na política de contratação de bens serviços e materiais. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

16. CONVÊNIOS

Conforme demonstrado a seguir, em 2020 a Entidade captou em incentivos do Governo Federal e Estadual:

	2020	2019
Órgãos Governamentais		
Captação de recurso (i)	46.379.654	38.066.374
Aplicação de recurso	(40.275.779)	(28.050.595)
	6.103.875	10.015.779

(i) Os recursos captados através de convênio e termos de parcerias junto ao Governo Federal e Governo Estadual, representam os seguintes projetos:

O montante líquido de R\$ 6.103.875 (R\$10.015.779 em 2019) refere-se ao saldo ainda não utilizado dos referidos recursos, os procedimentos relacionados à contabilização dos recursos acima foram efetuados de acordo o CPC nº 07 Subvenção e Assistência Governamentais.

a) Movimentação de Convênios em 31 de dezembro de 2020

	Valor Captado + Rendimentos R\$	Valor utilizado R\$	Saldo a utilizar ou a devolver
Curta Essa Energia 2019	1.856.788	(1.077.055)	779.733
CBVP Open 2º semestre 2019	1.549.759	(1.544.065)	5.694
COB 2020	6.275.988	(5.643.119)	632.869
COB 2020 Manutenção	2.013.961	(1.765.279)	248.682
Projeto CBVP Open 1º semestre 2020	4.255.749	(3.111.045)	1.144.704
Projeto Infraestrutura Pisos do Voleibol	3.189.794	(3.189.628)	166
COB Projeto de Apoio às Confederações	184.718	(182.410)	2.308
Projeto Sistema de Desafio	1.868.919	(343)	1.868.576
Projeto Open 2º semestre 2020	1.047.569	-	1.047.569
Projeto BB Fase Final da Liga Mundial	270.264	-	270.264
COB 2016	4.471.878	(4.462.774)	9.104
CBS Quadra 2016	566.787	(566.595)	192
Projeto Taça Sami/Potengi	232.681	(177.344)	55.337
COB 2018	7.476.410	(7.459.103)	17.307
COB 2018 Manutenção	689.268	(689.268)	-
COB 2019	6.644.311	(6.643.734)	577
COB 2019 Manutenção	2.076.727	(2.076.727)	-
CBVP Open 2019 1º semestre	1.708.083	(1.687.290)	20.793
	46.379.654	(40.275.779)	6.103.875

	Saldo a Executar	Saldo Bancário	Créditos no Banco não Debitados pela CBV	Débitos no Banco não Creditados pela CBV
Curta Essa Energia 2019	779.733	779.733	-	-
CBVP Open 2º semestre 2019	5.694	5.694	-	-
COB 2020	632.869	1.024.009	(396.582)	5.442
COB 2020 Manutenção	248.682	279.593	(31.396)	485
Projeto CBVP Open 1º semestre 2020	1.144.704	1.974.392	(830.064)	376
Projeto Infraestrutura Pisos do Voleibol	166	166	-	-
COB Projeto de Apoio às Confederações	2.308	-	-	2.308
Projeto Sistema de Desafio	1.868.576	1.868.576	-	-
Projeto Open 2º semestre 2020	1.047.569	1.047.569	-	-
Projeto BB Fase Final da Liga Mundial	270.264	270.264	-	-
COB 2016	9.104	(8)	-	9.112
CBS Quadra 2016	192	192	-	-
Projeto Taça Sami/Potengi	55.337	55.337	-	-
COB 2018	17.307	16.980	-	327
COB 2019	577	375	-	202
CBVP Open 2019 1º semestre	20.793	20.793	-	-
Seleção Base	-	75.057	(75.057)	-
	6.103.875	7.418.722	(1.333.099)	18.252

b) Movimentação de Convênios em 31 de dezembro de 2019

	Valor Captado + Rendimentos R\$	Valor utilizado R\$	Saldo a utilizar ou a devolver
Curta Essa Energia 2019	1.850.458	(362.326)	1.488.132
CBVP Open 2º semestre 2019	1.546.927	(869)	1.546.058
Projeto CBVP Open 1º semestre 2020	4.236.000	-	4.236.000
Projeto Infraestrutura Pisos do Voleibol	1.420.224	-	1.420.224
Projeto BB Fase Final da Liga Mundial	264.674	-	264.674
COB 2016	4.653.119	(4.633.713)	19.406
CBS Quadra 2016	566.786	(566.595)	191
Projeto Taça Sami/Potengi	232.409	(177.277)	55.132
COB 2017	4.100.165	(4.099.999)	166
COB 2018	7.461.846	(7.461.073)	773
COB 2018 Manutenção	627.233	(627.233)	-
COB 2019	7.000.648	(6.364.472)	636.176
COB 2019 Manutenção	2.238.398	(2.069.862)	168.536
CBVP Open 2019 1º semestre	1.867.487	(1.687.176)	180.311
	38.066.374	(28.050.595)	10.015.779

PROJETO CURTA VÔLEI DE PRAIA CURTA ESSA ENERGIA: O respectivo projeto tinha como objetivo contemplar a realização de 08 (oito) etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia OPEN 2019/2020, propiciando o desenvolvimento da modalidade, bem como a preparação dos atletas para as competições internacionais (Circuito Mundial e Mundial de Vôlei de Praia), porém, em virtude da pandemia do COVID-19 e com o adiamento de algumas etapas, o mesmo foi prorrogado e passou a contemplar etapas do ciclo 2020/2021. Isto posto, cabe ressaltar que os recursos destinados para execução desse projeto foram reconhecidos em julho/2019. Sua vigência, conforme termo de compromisso, iniciou em 24 de setembro de 2019, findaria em 22 de maio de 2020, mas foi prorrogada até o final do ano de 2021, mediante termo aditivo. Prazo para prestação de contas: 28/02/2022;

PROJETO CIRCUITO BRASILEIRO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN 2019 - 2 SEMESTRE:

Com o projeto pretende-se realizar 02 (duas) etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia OPEN 2019 - 2º Semestre, propiciando o desenvolvimento da modalidade, bem como a preparação dos atletas para as competições internacionais. Tem como vigência o período de 13/12/2019 a 31/12/2020. Prazo para prestação de Contas: 28/02/2021;

COB 2020 : Refere-se ao novo convênio firmado com o Comitê Olímpico do Brasil para o ano de 2020 , tendo como objetivo implementar ações e projetos que visam assegurar o desenvolvimento e fomento do Voleibol e que tenham por finalidade o cumprimento das metas apresentadas por essa Confederação para preparação durante o atual Ciclo Olímpico, o respectivo convênio contempla a manutenção de despesas diversas e despesas com pessoal do Centro de Desenvolvimento de Voleibol – CDV e, do mesmo modo, dá suporte às diversas preparações e competições do Voleibol de Praia e Quadra. O convênio firmado por meio de Termo entre as partes vigora para as despesas cujas competências pertençam ao ano de 2020, iniciando sua vigência em 01/01/2020 e finalizando em 31/03/2021;

COB MANUTENÇÃO DA ENTIDADE 2020: Refere-se ao novo convênio firmado com o Comitê Olímpico do Brasil para o ano de 2020. O respectivo convênio visa contemplar despesas com Remuneração de Dirigentes Estatutários, conforme artigo 18 da lei 12.868/2013, assim como, aquelas pertencentes à filial desta Confederação, garantindo a manutenção da área administrativa que, tal qual suas áreas técnicas, dão suporte ao desenvolvimento do Voleibol. O convênio firmado por meio de Termo entre as partes vigora para as despesas cujas competências pertençam ao ano de 2020, iniciando sua vigência em 01/01/2020 e finalizando a vigência em 28/02/2021, as prestações de contas são apresentadas 60 (sessenta) dias após a finalização da vigência;

PROJETO CIRCUITO BRASILEIRO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN - 1 SEMESTRE 2020: O projeto contemplaria a realização de 05 (cinco) etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia OPEN 2020, porém, em virtude da pandemia do COVID-19 e com o adiamento de algumas etapas, o mesmo foi prorrogado e passou a contemplar etapas do ciclo 2020/2021, deste modo, propiciando o desenvolvimento da modalidade, bem como a preparação dos atletas para as competições internacionais (Circuito Mundial e Mundial de Vôlei de Praia).

Cumprе ressaltar que os recursos destinados à execução do projeto foram reconhecidos em dezembro/2019 e a primeira etapa abarcada pelo projeto iniciou-se em setembro/2020. A vigência do mesmo teve início em 26 de agosto de 2020 e seu término está previsto para 25 de abril de 2021. Prazo para prestação de contas: 25/06/2021;

PROJETO INFRAESTRUTURA DE PISOS PARA O VOLEIBOL: Neste projeto o objetivo é montar e equipar 24 ginásios que receberão os jogos dos campeonatos brasileiros masculinos e femininos, organizados pela Confederação Brasileira de Voleibol em âmbito nacional, melhorando a infraestrutura técnica dos ginásios através da instalação de pisos sintéticos revestidos em PVC, sendo mantas enlio, dando oportunidade aos atletas brasileiros de atuarem no mesmo nível de estrutura que os adversários internacionais, assim como, replicar nas competições nacionais de voleibol de quadra as mesmas estruturas e condições técnicas dos principais eventos internacionais no que diz respeito ao piso da quadra de jogo. Os valores incentivados captados e destinados à execução do projeto foram reconhecidos entre os meses de dezembro/2019 e janeiro/2020. A execução foi em junho/2020, o saldo remanescente refere-se ao rendimento da aplicação financeira e será devolvido para realização de prestação de contas. Vigência: 01/06/2020 a 02/08/2021. Limite para prestação de contas: 02/10/2021;

COB PROJETO DE APOIO ÀS CONFEDERAÇÕES: Projeto firmado mediante Termo de Doação junto ao Comitê Olímpico do Brasil. Teve como objetivo fornecer apoio financeiro às Confederações Nacionais tendo em vista o ano atípico de 2020 em que o esporte foi um dos principais afetados pela pandemia do COVID-19. A vigência do Projeto foi de 01 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020, tendo como limite para prestação de contas a data de 31/01/2021;

SISTEMA DE DESAFIO PARA JOGOS DE VOLEIBOL: Visando a expansão e melhoria do sistema de desafio do Voleibol Brasileiro o projeto encontra-se em fase de captação. Os recursos já captados estão em conta bloqueada. A vigência só será divulgada no momento da assinatura do termo;

PROJETO BB FASE FINAL DA LIGA MUNDIAL: Possui saldo em conta bloqueada, sendo assim, apesar do término do convênio e da devida apresentação de sua prestação de contas, não temos autonomia para realizar a devolução do saldo remanescente em sua totalidade, visto que somente o Ministério da Cidadania pode movimentar recursos em contas bloqueadas. O projeto visou a realização e o suporte da fase final da Liga Mundial 2015. Sua vigência findou em 31/08/2015;

COB 2016: Apesar do saldo remanescente, não podemos encerrar o respectivo projeto até o Comitê Olímpico do Brasil realizar todas as análises e revisões das prestações de contas apresentadas por esta Confederação. Cumpre ressaltar que, os convênios tinham como objetivo o fomento e o desenvolvimento da modalidade durante o Ciclo Olímpico. Sua Vigência foi de 01 de janeiro de 2016 a 31 de março de 2017;

CBS 2016: Possui saldo em conta bloqueada, sendo assim, apesar do término do convênio e da apresentação da prestação de contas, não temos autonomia para realizar a devolução do saldo remanescente em sua totalidade, como já mencionado, somente o Ministério da Cidadania pode movimentar recursos em contas bloqueadas. Destaca-se que o objetivo do projeto foi de realizar o Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais na Divisão Especial de maneira a fomentar, democratizar e massificar o voleibol em todos os estados brasileiros, propiciando o surgimento de novos talentos e com isso, dar continuidade ao processo de renovação do voleibol brasileiro. Vigência: 04 de março de 2016 a 31 de janeiro de 2017;

PROJETO TAÇA SAMI/POTENGI: O saldo apresentado também consta em conta bloqueada, sendo assim, apesar do término do convênio e de sua prestação de contas, não temos autonomia para realizar a devolução do saldo remanescente em sua totalidade. Somente o órgão concedente pode movimentar os respectivos recursos. Ressalta-se que o projeto teve como objetivo realizar a Taça Sami/Potengi Infantil Masculino Sub-16 e na categoria Infantil Feminino Sub-15, propiciando o desenvolvimento da modalidade nas categorias de base. Sua Vigência foi de 14 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018;

COB 2018: Apesar do saldo remanescente, não podemos encerrar o respectivo projeto até o Comitê Olímpico do Brasil realizar todas as análises e revisões das prestações de contas apresentadas por esta Confederação. Cumpre ressaltar que, os convênios tinham como objetivo o fomento e o desenvolvimento da modalidade durante o Ciclo Olímpico. Sua Vigência foi de 01 de janeiro de 2018 a 31 de março de 2019;

COB 2019: Tendo como objetivo implementar ações e projetos que visam assegurar o desenvolvimento e fomento do Voleibol e que tenham por finalidade o cumprimento das metas apresentadas por essa Confederação para preparação durante o atual Ciclo Olímpico, o respectivo convênio contempla a manutenção de despesas diversas e despesas com pessoal do Centro de Desenvolvimento de Voleibol – CDV e, do mesmo modo, dá suporte às diversas preparações e competições do Voleibol de Praia e Quadra. O convênio firmado

por meio de Termo entre as partes vigora para as despesas cujas competências pertençam ao ano de 2019;

PROJETO CIRCUITO BRASILEIRO DE VÔLEI DE PRAIA OPEN 1 SEMESTRE 2019: Com o objetivo de realizar 04 (quatro) etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia OPEN 2019 1º Semestre, propiciando o desenvolvimento da modalidade, bem como a preparação dos atletas para as competições internacionais. O respectivo projeto teve sua vigência iniciada em 09 de maio de 2019 tendo expirado em 30 de novembro de 2019. Sua prestação de contas final foi apresentada ao órgão concedente em 29 de janeiro de 2020. Os recursos remanescentes em conta movimentação também foram devidamente devolvidos aos cofres públicos, sendo o saldo apresentado no quadro acima referente ao recurso que está em conta bloqueada, conta essa que somente o órgão concedente tem autorização para movimentar e o fará dentro de seus prazos internos.

17. RECEITAS A APROPRIAR

	2020	2019
Patrocínio	35.092.551	13.016.706
Inscrições superliga	306.857	456.500
Direito de transmissão	1.184.221	1.135.290
	36.583.629	14.608.496

Referem-se a patrocínio e inscrições em competições que serão realizadas no ano- calendário de 2020. Essas receitas, registradas em contrapartida a contas a receber, são apropriadas ao resultado de acordo com o período de realização das competições esportivas e pelo regime de competência.

Devido a pandemia da COVID -19 a maioria dos eventos foram cancelados e/ou adiados os valores recebidos a título de patrocínio referente a essas competições, foram registrados em receitas apropriar e serão apropriadas ao resultado por ocasião da realização delas.

18. ARRENDAMENTO IFRS 16/CPC 06

	2020	2019
Arrendamento IFRS 16 C/P	433.347	433.347
Arrendamento IFRS 16 L/P	288.898	722.245
	722.245	1.155.592

Referem-se as obrigações de arrendamento a vencer do contrato elegível ao IFRS 16. A Entidade escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeito da aplicação em 01 de janeiro de 2019, conforme determinado pela nova norma, a CBV deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial, resultando em um aumento na dívida líquida da Entidade, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional. O montante registrado como variação monetária foi de R\$ 126.065 (R\$ 106.348 em 2019). Considerando os descontos aplicados em razão da pandemia de Covid-19 no valor de R\$ 42.092 referentes aos meses de maio, junho e julho de 2020, o valor líquido

da variação monetária no resultado foi de R\$ 83.973.

O montante R\$ 722.245 (R\$1.155.592 em 2019) refere-se ao valor do contrato de aluguel da sala situada na avenida Salvador Allende 6.555, Rio Centro – Barra da Tijuca – RJ.

19. PASSIVO FISCAL CORRENTE

	2020	2019
IRRF - Folha salário empregado	384.507	379.623
INSS - Folha salário empregado	239.298	241.906
IRRF - Autônomos	256.756	271.073
INSS – Autônomos	192.086	108.721
FGTS - Folha salário empregado	87.638	87.526
ISS retido pessoa jurídica	4.148	2.227
CSLL/COFINS/PIS (4,65% Lei 10.833/2003)	10.249	14.691
INSS - Cessão de mão de obra (Cód.. 2631)	10.568	8.776
PIS Folha de pagamento	21.052	21.013
IRRF Pró-labore	26.040	26.072
IRRF - Pessoa jurídica (Cód. 1708 e 3280)	2.449	4.602
INSS Pró-labore	12.344	12.287
	1.247.135	1.178.517

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2020	2019
Provisão férias	1.423.410	1.412.635
Salários a pagar	1.708	-
Pensão a pagar	540	-
	1.425.658	1.412.635

21. PROVISÕES DE DESPESAS

	2020	2019
Provisão Despesas Seleção de Quadra (i)	61.714	4.412.541
Provisão Despesas Seleção Praia (ii)	579.650	48.410
Provisão de Apropriação de Despesas (iii)	183.180	562.659
	824.544	5.023.610

(i) Refere-se à provisão das despesas com premiações devidas aos atletas e comissões técnicas participantes das competições de Seleções de Vôlei de Quadra. Em 2020, não houve a realização de eventos envolvendo seleções nacionais por causa da pandemia de Covid-19. O saldo de 2020 (R\$ 61.714) é o que remanesceu da premiação pelo 2º lugar da Seleção Adulta Masculina no Campeonato Mundial de 2018. A provisão do valor total (R\$ 2.600.000), pelo princípio contábil da competência, foi realizada no mesmo ano do campeonato. Os pagamentos

das parcelas de premiação se iniciaram em dezembro/2018 e têm previsão para serem completamente liquidadas até 2021. O valor de cada pagamento é descontado mensalmente da provisão.

(ii) Refere-se à provisão das despesas com premiações devidas aos atletas participantes das competições de Vôlei de Praia ocorridas no exercício de 2020, especialmente o Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia (CBVP). Em função da pandemia de Covid-19, o circuito teve início em setembro/2020 com a primeira etapa. Até dezembro do mesmo ano foram realizadas as 5 primeiras etapas da temporada 2020/2021 no Centro de Desenvolvimento do Voleibol (CDV) em Saquarema-RJ. Cada etapa tem previsão de premiação total de R\$ 269.000 para cada um dos naipes (masculino e feminino), e o pagamento ocorre no mês seguinte ao da realização do evento.

(iii) Refere-se as provisões de despesas de compra de material (produtos de limpeza) e aquisições de serviços (auditoria contábil, auditoria de compras, corretora de câmbio, energia elétrica, serviço de fotografia, serviço de gráfica) referentes a dezembro/2020, cujos documentos fiscais não foram emitidos, porém provisionados, tendo em vista obedecer ao princípio contábil da competência.

22. RESCISÕES A PAGAR

	2020	2019
Passivo Circulante		
Rescisões a pagar	696.345	696.345
Passivo Não Circulante		
Rescisões a pagar	1.392.689	2.089.034
Total Rescisões a Pagar	2.089.034	2.785.379

Os valores acima correspondem ao saldo a pagar (36 parcelas de R\$ 58.028,71) referente ao acordo de rescisão contratual firmado em 20 de fevereiro de 2018, o referido acordo contempla as verbas rescisórias, bem como o valor devido a título de gratificação por produtividade (referente a captação de patrocínio) prevista no respectivo contrato de trabalho.

23. CONTAS A PAGAR

	2020	2019
Cilda Marvila D'Angelis	167	-
Giuliano Ribas	-	744
Renato D Avilla	-	415
Marcelo Correa de Araujo	39	-
Luciene Ferreira dos Santos	723	-
Murilo Bastos Junqueira	426	-
Lisandro Paim dos Santos	62	-
Elzir Martins de Oliveira	160	-
Liquido folha de Autônomos (i)	124.895	69.287
Marcos Sérgio de Camargo Braga	199	-
Almir Pereira Gomes	25	-
Regis Fonseca	320	-
Esdras Figueiredo Souza de Oliveira	40	-
Walgren Tadeu Picanço	-	60
Pro labore	40.648	26.995
Regiane Malta Sobral	-	518
Liquido folha de Arbitragem (i)	560	3.498
Marcos Aurélio Gonçalves de Araújo	339	-
Radamés Lattari Filho	-	80
Celson Assumpção	-	74
Pedro Vieira Roma	-	100
João Petrolitano G. de Assis	-	140
Nicanor Lopes dos Reis Lopes	-	129
Natalia Taveira Mota Alves	272	-
Aldis Ferreira de Paiva Junior	90	-
Aderval Vieira de França	179	-
Suzuko Ribeiro da Silva	630	-
Charles Ferreira Pereira	469	-
Karina Vieira de Souza	19	-
Francisberto de Lima Pereira (ii)	37.500	187.500
Edson Wruca Junior	-	474
Alexandre Arruda	-	89.871
Fernando Castro Maroni	-	3.162
Dante Klaser	-	155
Bernardo de Miranda Villano	-	13.190
Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira	-	878
Federação Acreana	-	5.000
Federação Amapaense	-	15.000
Federação Rondoniense	-	50.000
Federação Paraibana	-	49.280
	207.762	516.550

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços para pessoas físicas que foram adquiridos no curso usual das atividades da Entidade. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

- (i) Folha autônomos e arbitragem – refere-se à contratação de pessoa física para serviços de apoio (instrutor, supervisor, comissão técnica, boleiros, limpeza, arbitragem,

médicos) realizados nas etapas do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia 20/21, Superliga 20/21, Cursos de Treinadores, Manutenção Centro de Treinamento-Saquarema e Equipe de Controle de Seleções de Vôlei de Quadra;

- (ii) Valor referente ao saldo a pagar corresponde a condenação judicial da ação trabalhista, processos n.º 0010507-40.2015.5.01.0002, que terá sua última parcela liquidada em março/2021.

24. EMPRÉSTIMO MÚTUO

	2020	2019
Instituto Educação de Voleibol	-	160.122
	-	160.122

Trata-se de mútuo captado junto ao Instituto de Educação de Voleibol, atualizado de acordo com IGPM acrescido de juros de 1% a.m. O valor foi liquidado em outubro de 2020.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, resultantes do curso normal de suas atividades. Com base em aconselhamento legal e nas melhores estimativas da administração, a Entidade revisa periodicamente a probabilidade de que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros será necessária para liquidar suas obrigações.

Passivos contingentes para os quais a probabilidade de perda é considerada possível não são provisionados, mas são divulgados.

Em 2019, não houve modificações nas provisões classificadas como prováveis.

Probabilidade de perda	Civil	Trabalhista	Tributária	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Possível	65.007.000	-	13.651.415	78.658.415
Provável	-	58.139	-	58.139
	65.007.000	58.139	13.651.415	78.716.554
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Possível	59.190.866	-	13.886.336	73.077.202
Provável	-	51.639	-	51.639
	59.190.866	51.639	13.886.336	73.128.841

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Entidade e, portanto, não provisionados, montam R\$ 73.077.202 (R\$ 71.820.099 em 31 de dezembro de 2019), divididos da seguinte forma:

	2019	Adições	Baixas	2020
(i) Prestação de Contas Ministério dos Esportes	57.109.353	1.010.527	-	58.119.880
(ii) Contribuições Previdenciárias	13.275.451	231.272	-	13.506.723
(iii) Ato de Improbidade Administrativa	1.059.330	10.656	-	1.069.986
(iv) Contribuição PIS/PASEP s/Folha de Pagamento	375.965	3.648	-	379.613
(v) Outros processos	-	1.000	-	1.000
	71.820.099	1.257.103	-	73.077.202

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício de 2020 foi apropriado respectivamente ao Patrimônio Social da Confederação Brasileira de Voleibol um superávit de R\$ 3.344.532 (R\$ 9.147.936 Superávit em 2019).

27. CONTRIBUIÇÕES

	2020	2019
Mensalidades Federações	3.240	3.240
	3.240	3.240

Receita referente valor cobrado das Entidades Filiadas a título de mensalidade de filiação. O valor atual da referida mensalidade corresponde a R\$ 10,00 (dez reais).

28. INSCRIÇÕES DE ATLETAS / PROFISSIONAIS E CLUBES

	2020	2019
Inscrições de atletas	56.645	447.754
Inscrições de profissionais	7.196	7.574
Inscrições de clubes	598.400	595.825
	662.241	1.051.153

29. TRANSFERÊNCIAS E CESSÕES TEMPORÁRIAS

	2020	2019
Transferências nacionais	69.277	55.027
Transferências internacionais	3.080.274	2.148.943
Cessões temporárias	1.582	1.695
	3.151.133	2.205.665

Receita obtida referente a taxa administrativa de transferências de atletas nacionais e internacionais e cessões temporárias. Cumpre ressaltar que em caso da transferência nacional a taxa é cobrada diretamente da Federação Estadual solicitante da transferência e no caso da internacional a taxa é devida pelo clube contratante.

30. RENDAS DE JOGOS – BILHETERIA

	2020	2019
Liga das Nações – Masculina	-	1.260.655
Liga das Nações – Feminina	-	339.528
Copa Brasil	-	97.355
Jogos Amistosos	-	317.563
	-	2.015.101

Nesta rubrica são registradas as receitas de bilheteria das competições realizadas no Brasil. Em 2020 não tivemos eventos com público devida à pandemia do Covid-19.

31. TAXAS E MULTAS DISCIPLINARES

	2020	2019
Multas disciplinares	14.950	25.373
Taxas – Justiça desportiva	500	750
	15.450	26.123

32. PREMIAÇÕES

	2020	2019
Premiações - FIVB	-	3.897.313
	-	3.897.313

Referem-se às premiações por resultados alcançados pelos nossos atletas e comissão técnica, referente a participação em campeonatos esportivos organizados pela FIVB - Federação Internacional de Voleibol.

Em 2020 não teve movimentação devido ao cancelamento das competições em decorrência da pandemia de Covid-19.

33. RECEITA DE PATROCÍNIOS

	2020	2019
Patrocínio seleções quadra e praia (i)	27.316.444	59.031.520
Patrocínio jogos/eventos (ii)	2.075.936	3.559.042
	29.392.380	62.590.562

(i) Nesta rubrica estão registrados os principais contratos de patrocínio da entidade, que são apropriados ao resultado obedecendo o princípio da competência e calendário das competições integrantes das contrapartidas dos respectivos contratos, cerca de R\$ 35.092.551 de cotas de

patrocínio foram registradas em Receitas Diferidas (nota explicativa nº17) e serão apropriadas ao resultado no exercício de 2021 por ocasião das referidas entregas das obrigações contratuais.

(ii) Receita de patrocínio cujo objeto é a concessão do *naming right* do Troféu Super Vôlei Banco do Brasil e da Superliga 19/20.

34. DIREITOS DE TRANSMISSÃO

	2020	2019
Direitos de transmissão	2.767.099	2.284.258
	2.767.099	2.284.258

O montante apresentado no quadro acima refere-se a contrato de cessão de direitos de captação, fixação, exibição e transmissão dos sons e imagens de eventos.

35. RECEITA DE CONVÊNIOS

	2020	2019
Governo Federal (i)	8.549.765	3.070.906
Governo Estadual (ii)	-	1.932.711
Recursos Lei Agnelo/Piva – COB (iii)	7.883.501	8.761.915
	16.433.266	13.765.532

O montante de R\$ 16.433.266 apresentado no exercício de 2020 (R\$ 13.765.532 em 2019) se refere à receita de subvenção governamental. Estes valores foram apropriados à receita quando incorridas as despesas relacionadas nos respectivos projetos.

Cumprir destacar que tais recursos são disponibilizados por órgãos e entidades da administração pública, assim como, pelo Comitê Olímpico do Brasil. A seguir segue quadro detalhando o montante executado por Projeto/Convênio nos anos de 2020 e 2019:

(i) Governo Federal: Receita de Projetos Incentivados firmados através da Lei de Incentivo ao Esporte

		2020	2019
CBVP OPEN 2º SEM. 2018	Banco Do Brasil	-	1.032.832
CBVP OPEN 1º SEM. 2019	Banco Do Brasil	-	1.679.724
CBVP OPEN 2º SEM. 2019	Banco Do Brasil	713.060	-
Curta Essa Energia	Banco Do Brasil	1.542.413	358.350
CBVP OPEN 1º SEM. 2020	Banco Do Brasil	3.107.125	-
Infraestrutura De Pisos Do Vôlei	Cia De Seguros Aliança Do Brasil e Banco Do Brasil	3.187.167	-
		8.549.765	3.070.906

- (ii) Governo Estadual: Receita de Projetos Incentivados firmados por meio de Termo de Fomento junto ao Governo do Distrito Federal

		2020	2019
Liga Das Nações Voleibol Feminino	Banco Do Brasil	-	977.059
Liga Das Nações Voleibol Masculino	Banco Do Brasil	-	955.652
		-	1.932.711

- (iii) Recursos Lei Agnelo/Piva: Receita de Projetos Firmados junto ao Comitê Olímpico do Brasil

		2020	2019
Solidariedade Olímpica		-	35.658
COB 2016		10.302	-
COB 2018		-	281.258
COB Manutenção da Entidade 2018		-	21.307
COB 2019		278.194	6.356.208
COB Manutenção da Entidade 2019		6.627	2.067.484
COB 2020		5.641.292	-
COB Manutenção da Entidade 2020		1.764.690	-
COB Projeto de Apoio Às Confederações		182.396	-
		7.883.501	8.761.915

36. OUTRAS RECEITAS – RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

	2020	2019
Ressarcimento de despesas diversas (i)	1.500	684.279
Receita Hospedagem – CT Saquarema (ii)	153.580	736.109
Rendimentos s/ recuperação de tributos (iii)	3.615	646
	158.695	1.421.034

- (i) Outras receitas – nesta rubrica estão registradas as taxas de recursos do STJD aplicadas a atletas/ou clubes, cumpre ressaltar que todo o valor recebido é reinvestido na manutenção do tribunal.

- (ii) Receita de hospedagem – CT – Saquarema - nesta rubrica são registradas receitas resultantes da utilização do Centro de Treinamento para fins de hospedagens e para realização de eventos voltados ou não ao voleibol. Cumpre ressaltar que a promoção de eventos não vinculados ao voleibol, bem como a locação e hospedagem de terceiros nestes eventos não é praticada em caráter habitual, e por conseguinte, tampouco esta atividade da CBV deve ser interpretada como de natureza econômica, a utilização para esse fim se dá no período de ociosidade do Centro por ocasião do período de recesso do treinamento das Seleções.

Todas as receitas auferidas pela Confederação, sejam as provenientes da hospedagem ou de eventos realizados para a própria Confederação e filiados ou afins, vinculados ou não ao

Voleibol, são integralmente reinvestidos/destinados para manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais da Confederação. A Confederação necessita angariar os recursos necessários para atingimento dos objetivos para os quais foi constituída, conforme previsão no seu Estatuto de que a receita oriunda da locação de bens imóveis constitui um dos meios válidos para tanto.

(iii) Rendimento obtido de pedido eletrônico de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação (PER/DCOMP) referentes a tributos (IRRF) pagos a maior do que o era devido, todos devidamente recuperados.

37. GANHO NA VENDA DE ATIVOS PERMANENTES

	2020	2019
Ganho na venda de ativos imobilizados	400.000	36.500
	400.000	36.500

O valor apresentado nessa rubrica no ano de 2020 representa a venda de pisos de quadra para Clubes da Superliga.

38. CUSTOS COM PESSOAS DE APOIO/ATLETAS E COMISSÃO TÉCNICA

	2020	2019
Arbitragem	(1.491.807)	(1.927.760)
Diretor de Quadra	(5.136)	(11.136)
Diretor de Arbitragem	(5.403)	(5.219)
Boleiros/Placaristas	(15.627)	(8.090)
Segurança	(130.837)	(461.511)
Locutor	-	(12.800)
Eletricista	-	(21.100)
Outras pessoas de apoio	(189.937)	(333.728)
Hospedagem	(475.764)	(2.257.593)
Alimentação	(865.667)	(2.796.297)
Assistência médica c/atletas	(647.175)	(560.061)
Direito de uso de imagem	(173.924)	(1.812.631)
Comissão técnica	(2.488.948)	(3.962.214)
Vistos/Taxas com Passaportes	-	(42.226)
Educação e treinamento	-	(52.284)
Conservação e limpeza	(30.900)	(103.258)
Repasse transferências internacionais	(129.750)	(96.637)
Delegado Técnico	(269.318)	(282.319)
Assistência farmacêutica	-	(9.698)
	(6.920.193)	(14.756.562)

Referem-se aos gastos vinculados diretamente ao desenvolvimento dos produtos da CBV, conforme quadro abaixo, que são apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência, abaixo segue quadro contendo de forma sintética o custo com pessoas, atletas e comissão técnica alocados por competição:

PRODUTOS (EVENTOS)	2020	2019
Amistoso Adulto	-	(6.744)
Amistoso Base	-	(16.319)
Campeonato Mundial	(17.100)	(171.324)
CBS	(346.929)	(492.804)
CBVP Base	(50.010)	(313.825)
Challenger	-	(296.401)
Circuito Mundial	(1.851.080)	(2.236.445)
Copa Brasil	(22.113)	(72.200)
Copa do Mundo	-	(218.786)
Interclubes	(8.640)	(20.832)
Jogos Olímpicos	-	(23.704)
Jogos Panamericanos	-	(166.425)
Liga das Nações	(4.860)	(1.286.456)
Master	-	(369.725)
Nacional	-	(122)
Open	(1.402.374)	(1.765.971)
Supercopa	(2.645)	(284)
Superliga	(1.332.132)	(1.404.296)
Superliga B	(12.677)	(572)
Treinamento	(1.636.925)	(5.810.847)
Troféu Super Vôlei Banco do Brasil	(113.473)	-
Campeonato Sul-Americano de Seleções	-	(45.719)
Circuito Sul-Americano	(119.235)	(36.761)
	(6.920.193)	(14.756.562)

39. DESPESAS COM TRANSPORTES

	2020	2019
Transporte aéreo nacional – pessoas	(3.238.678)	(5.473.483)
Transporte aéreo internacional- pessoas	(279.650)	(4.021.801)
Transporte terrestre- pessoas	(988.469)	(1.469.259)
Transporte terrestre de materiais	(233.354)	(375.163)
Transporte aéreo de materiais	(50)	(8.055)
	(4.740.201)	(11.347.761)

Nesta rubrica são registrados o custo com transporte de pessoas e materiais referente as competições realizadas em território nacional e internacional. abaixo segue quadro contendo de forma sintética o custo com transporte de pessoas e materiais alocados por competição:

COMPETIÇÃO	2020	2019
Amistoso Adulto	-	(11.470)
Amistoso Base	-	(893)
Campeonato Mundial	(9.773)	(115.350)
CBS	(591.612)	(701.584)
CBVP Base	-	(50.582)
Challenger	-	(124.052)
Circuito Mundial	(266.473)	(1.954.130)
Copa Amazonas	-	(38.221)
Copa Brasil	(94.863)	(129.767)
Copa do Mundo	-	(152.575)
Grand Prix	-	(6.300)
Jogos Olímpicos	-	(321.603)
Jogos Panamericanos	-	(2.298)
Liga das Nações	(1.289)	(1.966.455)
Master	-	(23.544)
Nacional	-	(3.131)
Open	(295.539)	(362.008)
Supercopa	(123.941)	(105.461)
Superliga	(2.725.233)	(2.655.573)
Superliga B	(379.465)	(541.415)
Superliga C	(12.800)	-
Treinamento	(8.903)	(1.960.116)
Troféu Super Vôlei Banco do Brasil	(177.636)	-
Campeonato Sul-Americano de Seleções	-	(15.032)
Circuito Sul-Americano	(52.674)	(106.201)
	(4.740.201)	(11.347.761)

40. DESPESAS COM PREMIAÇÃO A ATLETAS

As despesas com premiações incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

	2020	2019
Vôlei de Praia		
Open	(4.238.998)	(4.029.188)
Sul Americano	-	(141.577)
Mundial	(598)	(1.418.618)
Challenger	(1.393)	(532.500)
Jogos Pan Americanos	-	(55.954)
Super Praia	(4.986)	-
	(4.245.975)	(6.177.837)
Vôlei Indoor		
Sul Americano	-	(107.840)
Liga das Nações	-	(3.658.550)
Campeonato Mundial	-	(150.976)
Classificatório Olímpico	-	(539.198)
Reconhecimento/ Troféus e Medalhas	-	-
CBS	(36.540)	-
Copa Brasil	(10.942)	-
Super Copa	(6.966)	-
Superliga B	(3.854)	-
Troféu Super Vôlei	(36.965)	-
Reconhecimento/ Troféus e Medalhas	(15.946)	(205.096)
	(111.213)	(4.661.660)
	(4.357.188)	(10.839.497)

Os valores de (R\$ 4.357.188) referem-se às premiações por classificação, conquistas de campeonatos e de torneios esportivos organizados pela Confederação Brasileira de Voleibol – CBV e por outras instituições nacionais ou internacionais devidos aos atletas e membros das comissões técnicas, estes valores são apropriados ao resultado do exercício de acordo com o princípio de competência. Cumpre destacar que várias competições foram adiadas ou canceladas por causa da pandemia, entre elas os Jogos Olímpicos e a Liga das Nações.

41. DESPESAS COM LOCAÇÃO

Nesta rubrica são registradas todas as despesas com locação de bens móveis necessários para realização dos eventos de vôlei de quadra e praia organizados pela CBV.

	2020	2019
Locação de Arena	(1.510.675)	(2.694.000)
Locação de Equipamentos	(227.568)	(550.167)
Locação de Banheiro	(57.000)	(164.565)
Locação de Quadra	(5.000)	-
Locação Móveis	(45.000)	(150.031)
Locação de Gerador	(122.000)	-
Locação de Telão de LED	(147.400)	-
Locação de Salão p/ Reunião	-	(300)
Locação de Sala de Academia	-	(1.720)
	(2.114.643)	(3.560.784)

Abaixo quadro contendo o custo sintético de locação, classificados por competição:

COMPETIÇÃO	2020	2019
Campeonato Mundial	-	(86)
CBVP Base	-	(8.915)
Challenger	-	(18.800)
Circuito Mundial	(3.000)	-
Copa Brasil	(7.200)	-
Copa do Mundo	-	(3.999)
Liga das Nações	-	(302.886)
Master	-	(36.649)
Open	(2.078.143)	(3.144.188)
Superliga	(5.000)	(45.260)
Troféu Super Vôlei Banco do Brasil	(21.300)	-
	(2.114.643)	(3.560.784)

42. CUSTOS COM FEDERAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ORGANIZADOS PELA CBV / DESPESAS COM FEDERAÇÕES

	2020	2019
Operacional		
Apoio operacional para realização de competições da CBV (i)	(418.900)	(856.435)
Repasse de comissão s/ renda de jogos (ii)	-	(167.586)
	(418.900)	(1.024.021)
Administrativa		
Contribuições (iii)	(1.664.133)	(1.731.387)
Ajuda de Custo (iv)	(51.036)	(85.868)
Auxílio Emergencial – Federações (v)	(188.958)	-
Taxa de Sediamento (vi)	(27.754)	-
	(1.931.881)	(1.817.255)
	(2.350.781)	(2.841.276)

FEDERAÇÃO	TOTAL	APOIO OPERACIONAL	CONTRIBUIÇÃO	AJUDA DE CUSTO	AUXÍLIO EMERGENCIAL	TAXA DE SEDIAMENTO
ACREANA	163.225	55.415	94.810	-	13.000	-
ALAGOANA	125.236	45.919	60.000	225	9.000	10.092
AMAPAENSE	30.010	-	30.000	10	-	-
AMAZONENSE	79.454	7.439	65.000	15	7.000	-
BAIANA	64.453	-	55.000	495	8.958	-
DISTRITO FEDERAL	79.450	-	70.000	450	9.000	-
CATARINENSE	74.017	-	65.000	17	9.000	-
CEARÁ	101.876	20.592	72.139	145	9.000	-
ESP.SANTENSE	79.280	-	70.000	280	9.000	-
GAUCHA	68.000	-	60.000	-	8.000	-
GOIANA	61.156	-	53.131	25	8.000	-
MARANHENSE	74.356	-	64.331	25	10.000	-
MATO GROSSO DO SUL	77.998	-	69.998	-	8.000	-
MATOGROSSENSE	75.130	1.915	65.000	215	8.000	-
MINEIRA	219.075	139.500	65.000	5.575	9.000	-
NORTE RIOGRAND	78.950	-	70.000	3.950	5.000	-
PARAENSE	69.040	-	65.000	40	4.000	-
PARAIBANA	113.158	41.620	59.521	355	4.000	7.662
PARANAENSE	68.305	-	55.000	6.305	7.000	-
PAULISTA	73.000	-	65.000	-	8.000	-
PERNAMBUCANA	74.565	-	65.450	115	9.000	-
PIAUIENSE	52.564	-	46.564	-	6.000	-
RIO DE JANEIRO	84.764	7.000	59.000	7.764	1.000	10.000
RONDONIENSE	73.005	-	70.000	5	3.000	-
RORAIMENSE	158.189	50.000	74.189	25.000	9.000	-
SERGIPANA	64.500	49.500	15.000	-	-	-
TOCANTINENSE	68.025	-	60.000	25	8.000	-
	2.350.781	418.900	1.664.133	51.036	188.958	27.754

As Entidades filiadas à Confederação Brasileira de Voleibol são de suma importância para ajudar a CBV a atingir sua missão de “liderar o processo de desenvolvimento e disseminação do voleibol brasileiro junto às entidades filiadas em todo território nacional e representar a modalidade com excelência em eventos internacionais”. A CBV entende que é através da sua parceria com as entidades filiadas que é possível: aumentar o número de atletas e de praticantes do voleibol; consolidar o vôlei de praia; apoiar e incentivar a criação e realização de competições regionalizadas; desenvolver e formar profissionais e gestores esportivos do voleibol, entre outros

objetivos estratégicos. Portanto, para alavancar o atingimento da sua missão, no exercício foi apropriado ao resultado conforme prestação de contas apresentadas pelas Entidades filiadas o montante de R\$2.350.781 (R\$ 2.841.276 em 2019) detalhados a seguir:

(i) Apoio operacional para realização de competições da CBV: Estão registrados nesta rubrica os repasses financeiros efetuados pela CBV à Entidades filiadas para contratação de itens ou serviços necessários para realização da competição da CBV que será realizada no estado da Entidade filiada, os valores foram utilizados, exclusivamente, para o pagamento de despesas inerentes a realização do evento. Por ocasião do efetivo pagamento, o repasse é registrado na conta de adiantamento para Federações (ativo circulante nota explicativa nº10) e são apropriados ao resultado mediante a prestação de contas da utilização/aplicação dos recursos, obedecendo as diretrizes contidas na Política de Repasses às Entidades Filiadas;

(ii) Repasse de comissão s/renda de jogos: repasse de percentual sobre a bilheteria arrecada de competições da CBV realizada no estado da filiada.

(iii) Contribuições: repasses financeiros iguais e mensais recebidos por todas as Entidades filiadas para auxiliar nas despesas mensais e manutenção das filiadas, os valores repassados contidos na nota explicativa nº 10 (adiantamento de repasses a Federações) serão apropriados ao resultado por ocasião da referida prestação de contas.

(iv) Ajuda de custo: repasses financeiros concedidos mediante aprovação de solicitação para auxiliar as filiadas a disseminar e/ou desenvolver o voleibol no país.

(v) Auxílio Emergencial – Federações: repasses concedidos às federações estaduais como forma de auxiliá-las financeiramente durante a pandemia do Covid-19;

(vi) Taxa de Sediamento: repasses concedidos às federações estaduais em função da realização de eventos de vôlei de praia e de quadra. As federações recebem à medida em que seus estados realizam os eventos.

43. DESPESAS OPERACIONAIS – OUTROS CUSTOS

	2020	2019
Vídeo/som/imagem/comunicação (i)	(1.306.722)	(876.424)
Impressos	(10.495)	(93.197)
Equipamentos e materiais esportivos	(149.120)	(143.348)
Entretenimento e diversos	(176.562)	(275.691)
Montagem e desmontagem	(386.054)	(834.296)
Quadra/área de jogo	(122.771)	(191.261)
Estatística	(76.842)	(85.703)
Uniformes esportivos	(66.826)	(109.578)
Seguros	(50.633)	(82.957)
Professor	-	(2.852)
Outros custos com produtos (ii)	(2.177.625)	(4.274.766)
	(4.523.650)	(6.970.073)

O montante de R\$ 4.523.650 (R\$ 6.970.073 em 2019) refere-se às despesas operacionais para realização dos eventos.

(i) Na rubrica vídeo/som/comunicação são registradas as seguintes despesas:

	2020	2019
Fotos filmes e revelações	(25.530)	(3.566)
Filmagem	(81.000)	(33.600)
Sonorização	(103.133)	(145.920)
Telefone / fax / internet	(178.800)	(104.694)
Iluminação	-	(90.500)
Transmissão de jogos (i)	(918.259)	(498.144)
	(1.306.722)	(876.424)

Nesta rubrica são registradas despesas com transmissão de jogos, nos quais destacamos:

- Circuito Brasileiro - Open
- Lançamento Superliga

(ii) Na rubrica outros custos com produtos são registrados as seguintes despesas:

	2020	2019
Água/gelo	(36.414)	(99.306)
Taxas Gerais (ii)	(451.291)	(2.537.287)
Correio	(4.777)	(739)
Fotocópias	-	(12)
Material de escritório	(7.285)	(2.228)
Material de informática	(32.142)	(25.915)
Material elétrico e hidráulico	(28.692)	(561)
Manutenção de informática/hardware	(1.463)	-
Decoração de ginásio/arena	(30.560)	(162.720)
Ajuda de custo para clubes Superliga	(1.585.001)	(1.440.640)
Custos não especificados	-	(5.358)
	(2.177.625)	(4.274.766)

Nesta rubrica são registradas despesas com taxas referentes as inscrições e sediamientos de eventos internacionais, nos quais destacamos:

- Liga das Nações
- Campeonato Mundial

44. DESPESAS COM PESSOAL

	2020	2019
Salários	(7.709.507)	(7.543.450)
Gratificações	(671.847)	(677.461)
Férias	(898.759)	(989.791)
Pró-labore – Dirigentes Estatutário (i)	(792.153)	(788.068)
13º Salário	(712.620)	(729.483)
Horas extras	(186.067)	(196.947)
Aviso prévio	-	(55.402)
Estagiários	(49.892)	(14.730)
Indenizações trabalhistas	-	(349.785)
Ajuda de custo	(13.940)	(12.663)
Adicional noturno	(14.319)	(14.760)
	(11.049.104)	(11.372.540)

A CBV possui em seu quadro funcional o total de 107 colaboradores e 2 dirigentes estatutários (Presidente e Vice-presidente). Os valores acima representam o custo de remuneração (conjunto de compensações salariais, extrassalariais e benefícios) oferecidos aos funcionários em reciprocidade aos serviços profissionais prestados, praticados de acordo com a política de remuneração adotada pela Entidade.

(i) Pró-labore- Dirigentes estatutários

Nesta rubrica estão registrados o custo com a remuneração (pró-labore e encargos) do Presidente e Vice-presidente, ambos remunerados de forma igual e de acordo com o previsto no artigo 18 da Lei 2.868/2013.

45. ENCARGOS SOCIAIS

	2020	2019
INSS	(2.440.111)	(2.401.537)
FGTS	(780.055)	(840.365)
PIS	(104.753)	(104.570)
Contribuição Sindical Patronal	-	(500)
	(3.324.919)	(3.346.972)

46. DESPESAS COM SERVIÇOS CONTRATADOS

	2020	2019
Gestão do Negócio	(280.551)	(249.600)
Assessoria Jurídica	(539.033)	(585.343)
Assessoria Contábil	(39.828)	(24.998)
Assessoria de Administração de Pessoal	(1.195)	-
Assessoria de Informática/Software	(355.655)	(215.133)
Serviços de Locação de Mão-de-Obra	(248.466)	(181.943)
Serviços de Informática	(667.495)	(817.931)
Serviços de Provedor – Internet	(184.617)	(227.021)
Serviços de Auditoria	(135.705)	(70.485)
Assessoria de Projetos	(25.972)	(57.000)
Serviços de Guarda de Materiais	(20.941)	(23.435)
Filmagem	(15.000)	-
Serviços de Tradução	(43)	(461)
Administração de Bilheteria	-	(114.879)
Serviços de Administração de Cartões	(2.750)	(3.727)
	(2.517.251)	(2.571.955)

O montante de R\$ 2.517.251 (R\$ 2.571.955 em 2019) representa a contratação de serviços necessários para a manutenção do modelo de gestão da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) que tem como objetivo tornar seus processos administrativos mais transparentes e ao mesmo tempo mais eficazes.

47. DESPESAS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

	2020	2019
Aluguel/leasing de equipamentos	(50.383)	(1.811)
Condomínio	(2.856)	(4.250)
Energia Elétrica	(316.099)	(482.000)
Telefone	(185.295)	(189.167)
Hospedagem	(83.556)	(78.000)
Correio	(26.130)	(22.860)
Fotocópias	(382)	-
Material de informática	(91.177)	(20.297)
Material de escritório	(12.313)	(21.070)
Seguros	(56.065)	(49.832)
Assinatura TV	(40.168)	(37.085)
Impostos e taxas	(19.299)	-
Ofícios e cartórios	(3.908)	(19.190)
Veículo/combustível	(31.916)	(58.484)
Material de copa e limpeza	(127.859)	(132.157)
Refeições e lanches	(12.849)	(109.406)
Doações	-	(885)
Assinatura jornais	(1.862)	(6.856)
Taxa de Manutenção Títulos	(562)	(581)
Impressos	(28.750)	(11.668)
Transporte terrestre material	(16.196)	(714)
Transporte aéreo Internacional	(138)	(26.098)
Transporte aéreo nacional/pessoas	(194.373)	(203.235)
Transporte terrestre de pessoas	(47.490)	(152.287)
Transporte aéreo/material	(8.600)	(6.582)
Simpósios/seminários	-	(1.156)
Lavanderia	(56.768)	(200.227)
Fotos, filmes e filmagens	(17.819)	(9.000)
Água	(181.069)	(273.640)
Gás	(27.733)	(42.098)
Aluguel de imóveis	(31.363)	(26.400)
Desp. funcionamento (endomarketing)	(1.845)	(173.446)
Despesas com Endomarketing	(926)	-
	(1.675.749)	(2.360.482)

48. DESPESAS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE

	2020	2019
Agenciamento	-	(150.000)
Brindes	(43.309)	(44.169)
Camisas de torcidas	(106.890)	(649.016)
Divulgações (i)	(166.102)	(2.389.737)
Veiculação mídia	(16.550)	(7.800)
Criação	(102.000)	(91.581)
	(434.851)	(3.332.303)

49. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Benefícios sociais (i)	(3.494.184)	(3.130.358)
Impostos, taxas e contribuições	(76.744)	(412.190)
Despesas com manutenção	(399.397)	(465.946)
Despesas com marketing e produção	(573.647)	(873.356)
Depreciações e amortizações	(1.246.522)	(1.100.784)
Despesa com comunicação	(187.157)	(156.222)
Despesas federações internacionais	-	(359.527)
Provisão Contingência Civil	(51.639)	-
Provisão – PCLD	-	(12.946)
Outras despesas com pessoal (Programa de educação continuada)	(3.441)	(4.546)
Outras despesas (perda no recebimento de títulos e subvenção governamental) (ii)	(48.948)	(286.111)
	(6.081.679)	(6.801.987)

(i) BENEFÍCIOS SOCIAIS

	2020	2019
Assistência médica	(2.433.410)	(2.144.680)
Assistência alimentar	(1.037.411)	(949.105)
Vale transporte	(23.363)	(36.573)
	(3.494.184)	(3.130.358)

(ii) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	2020	2019
Outras Despesas Não Operacionais	-	(779)
Perda no Recebimento Títulos Incobráveis	(2.129)	(123.800)
Condenações Judiciais	(11.124)	-
Perda da Subvenção Governamentais	(35.695)	(78.967)
Perda na Prest. Contas de Fed.	-	(80.499)
	(48.948)	(284.045)

50. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	680.663	544.300
Descontos obtidos	11.860	41.097
Variações cambiais ativas (a)	282.287	338.871
Juros obtidos	-	2
	974.810	924.270
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva (a)	(37.470)	(658.852)
Juros e IOF	(143.555)	(188.315)
IRRF s/ aplicações financeiras	(134.888)	-
Despesas Bancárias	(89.549)	(123.845)
Descontos concedidos	(58.507)	(2.546)
Variação monetária	(14.017)	(106.348)
Perda com aplicações financeiras	(45.587)	(42.589)
	(523.573)	(1.122.495)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	451.237	(198.225)

(a) As variações cambiais ativas e/ou passivas se referem a transações com a Federação Internacional de Vôlei quando do sedimento de campeonatos internacionais realizados no Brasil (variação ativa) e/ou despesa com taxa de inscrição em campeonatos internacionais realizados no exterior.

51. SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

52. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O principal controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos no transcorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O quadro abaixo apresenta a composição, por categoria, dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

		Valor Contábil	
	Mensuração	2020	2019
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	36.458.004	9.444.520
Recursos de convênios	Valor Justo	7.418.722	6.167.874
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber	Custo amortizado	4.357.783	18.797.867
Federações nacionais	Custo amortizado	6.148	462.341
Federações internacionais	Custo amortizado	-	76.373
Clubes nacionais	Custo amortizado	105.637	120.337
Total de ativos financeiros		48.346.294	35.069.312
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	Custo amortizado	1.066.254	989.652
Convênios	Custo amortizado	6.103.875	10.015.779
Provisões com pessoal	Custo amortizado	2.672.793	2.108.980
Provisões de despesas	Custo amortizado	3.844.134	5.023.610
Contas a pagar	Custo amortizado	1.338.003	2.605.584
Total de passivos financeiros		12.005.469	20.743.605

Os saldos contábeis apresentados para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aproximações razoáveis ao valor justo na data das demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Entidade de estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Entidade está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

As operações contábeis da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Entidade possui exposição a um único risco de mercado, sendo este o risco de juros.

O Risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Entidade era:

		Valor contábil	
	Nota	2020	2019
Instrumentos de taxa variável – CDI			
Aplicações Contábeis	5	36.226.028	8.717.178

As operações com exposição ao CDI são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Administração entende que as análises de sensibilidade para os instrumentos financeiros sujeitos a risco de juros não são representativas do risco inerente de instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor Justo	Nível	Total	Valor Justo	Nível	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	36.458.004	1	36.458.004	9.444.520	1	9.444.520

53. EVENTOS SUBSEQUENTES

Efeito do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis

A CBV avalia que o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que acabou atingindo a maioria das economias mundiais de forma intensa. Os impactos finais desta pandemia ainda demandarão tempo para serem calculados, tendo em vista que a doença ainda não está sob controle, o que resulta em restrições de viagens nacionais e internacionais, renegociações de contratos de patrocínios, cancelamento/adiamento de diversas competições esportivas, e serviços em praticamente todo o mundo, desencadeando forte crise sobre diversos setores de negócio, principalmente no setor esportivo, gerando impactos econômicos relevantes, ordens de governos para que a população adote o isolamento social como forma de prevenção à propagação do vírus, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas.

No Brasil, além dos impactos gerados pela COVID-19, as discussões sobre reformas estruturais importantes, tais como o controle de gastos públicos e mudanças tributárias, apresentam desaceleração em seu ritmo e, combinados com a situação de pandemia, resulta em uma deterioração dos principais indicadores econômicos, incluindo a taxa de câmbio que encerrou o período em patamar bastante superior ao observado no final de 2019 – R\$5,1967/US\$ versus R\$4,0307/US\$, além de projeções de retração do PIB brasileiro ao final de 2020, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis futuras.

Chegamos então, ao início de 2021 ainda apreensivos com tudo que está acontecendo e com a preocupação e responsabilidade de proteger nossos atletas e efetuarmos todas as nossas entregas contratuais (execução do calendário), a CBV seguirá adotando no exercício de 2021 todos os protocolos de segurança (realização de testes, competições realizadas em Sistemas de bolha e semi bolhas, e sem público).

A CBV ciente de todos os efeitos e impactos advindos da Pandemia volta também seus olhares para time interno, onde protocolos foram criados e seguidos rotineiramente (testagem, disponibilização de material de segurança (EPI), home office e escalas de trabalho) todos esses procedimentos além de garantirem a segurança e integridade dos colaboradores da Entidade, proporcionarão a garantia do apoio necessário para realização e entrega das futuras competições.

WALTER PITOMBO LARANJEIRAS
Presidente
CPF 003.589.324-91

LUCIANA DE OLIVEIRA DA SILVA
Contadora
CRC RJ – 096121/O


RADAMES LATTARI FILHO
Diretor Executivo
CPF 427.147.377-49